28º seminário de INVERNO
2 a 6 de junho • 2025
Quatro décadas de formação superior em Jornalismo nos Campos Gerais

Judicialização, assédio judicial e a feminização do jornalismo: as ameaças à liberdade de imprensa e à autonomia profissional[1]

Amanda Aparecida Grzebielucka [2]
Ester Roloff[3]
Maria Eduarda Gallinea Bastos[4]
Paula Melani Rocha[5]
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná

Resumo: A discussão apresenta os resultados das pesquisas de iniciação científica que estudam os desdobramentos dos ataques a jornalistas mulheres brasileiras, ocorridos no período de 2020 a 2023, com recorte nos processos de judicialização. Os estudos integram a pesquisa Riscos e traumas no jornalismo. Inovação tecnológica e a feminização da profissão (CNPq), vinculada ao Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG). A metodologia envolve pesquisa documental, revisão bibliográfica e entrevistas compreensivas (Kaufmann, 2013). A discussão teórica ancora-se nos estudos de jornalismo, riscos e traumas e feminização da profissão. Os resultados apontam o assédio judicial como estratégia para afastar as jornalistas da prática profissional
Palavras-chave: Processos de produção jornalística; riscos e traumas; assédio judicial; autonomia profissional; feminização.

A pesquisa: resumo expandido

[1] Resumo expandido apresentado no 28º Seminário de Inverno, realizado entre 2 e 6 de junho de 2025, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

[2]Graduanda em Jornalismo pela UEPG. Desenvolve o projeto de iniciação científica Jornalistas na mira de ataques virtuais generificados e racistas: campanha de desinformação opera formas de censura, com bolsa de fomento do CNPq (BIC). E-mail: 23003067@uepg.br

[3] Graduanda em Jornalismo pela UEPG. Desenvolve o projeto de iniciação científica Violências contra jornalistas mulheres: cartografia dos dados e estudos internacionais de 2020 a 2024, com bolsa de fomento do CNPq (PIBIC). 23005567@uepg.br

[4] Graduanda em Jornalismo pela UEPG. Desenvolve o projeto de iniciação científica Quem são as jornalistas brasileiras sob ataques? Perfis a partir dos dados da FENAJ, ABRAJI e cobertura jornalística, com bolsa de fomento CNPq (PIBIC). 24011067@uepg.br

[5] Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (PT).Professora associada do Departamento de Jornalismo da UEPG. Coordena a equipe da América do Sul do Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG). Pesquisadora Produtividade CNPq. pmrocha@uepg.br

A discussão conjuga os esforços de pesquisa em investigar os riscos e traumas que envolvem as mulheres jornalistas brasileiras durante o exercício do seu trabalho em coberturas realizadas entre 2020 e 2023. Um fenômeno cercado por múltiplas crises - sanitária, política, econômica e social, com demarcações de gênero, raça e sexualidade. O recorte temporal compreende o período pandêmico, quando intensificaram as violências contra o exercício profissional de jornalistas, realizados por políticos e apoiadores de políticos ultraconservadores e conservadores, sobretudo simpatizantes do então presidente Jair Bolsonaro. A onda de ataques continuou após a pandemia da covid 19, cresceu em 2022, período eleitoral e incrementou formas de operacionalização, como processos judiciais contra jornalistas e veículos. O estudo integra o projeto multicêntrico Journalism Education and Trauma Research Group (JETREG) e utiliza pesquisa documental em relatórios de monitoramento da ABRAJI - Associação Brasileiras de Jornalismo Investigativo e entrevistas compreensivas (Kaufmann, 2013)[6].

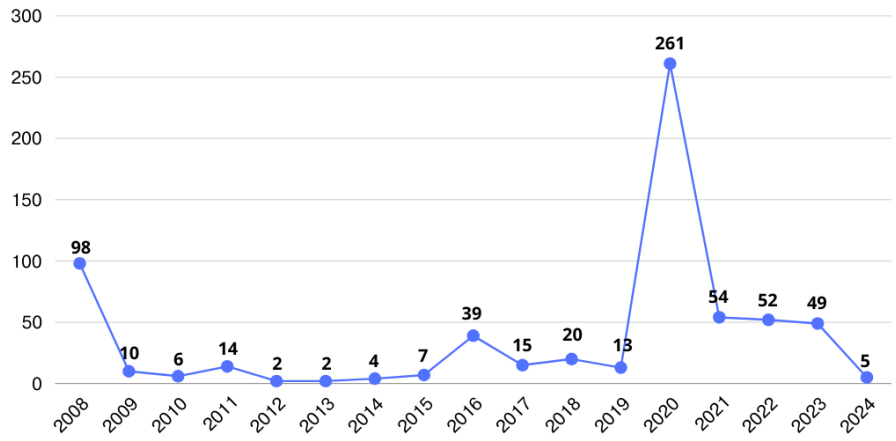
Entre os resultados revelados pelo recorte brasileiro é que os ataques à imprensa são estratégias operacionalizadas para atrapalhar o trabalho jornalístico, desacreditar a imprensa e os alvos não são aleatórios. As profissionais mulheres são alvos quando realizam coberturas jornalísticas de pautas políticas, direitos humanos, investigativas e contrárias aos interesses de grupos ultraconservadores. Os ataques às profissionais mulheres são instrumentalizados por marcadores sociais de opressão como raça, gênero e sexualidade (CNPq/UEPG, 2025).

Judicialização e assédio judicial são termos utilizados pela Abraji para se referir ao aumento de processos judiciais abusivos contra o exercício do Jornalismo que tem ocorrido nos últimos anos no Brasil. De 2022 para 2023, pela primeira vez o número de

[6] O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos e é garantido o anonimato das respondentes.

ataques registrados contra jornalistas diminuiu, tendo redução de 40,7%. Agressões e ataques foram o segundo tipo de violência mais relatado em 2023, sendo 38,2% dos casos, enquanto que processos civis e penais chegaram a 7,9% dos casos.

Gráfico 1: Número de processos judiciais contra as práticas jornalistas considerados abusivos e/ou infundados pela Abraji a cada ano.



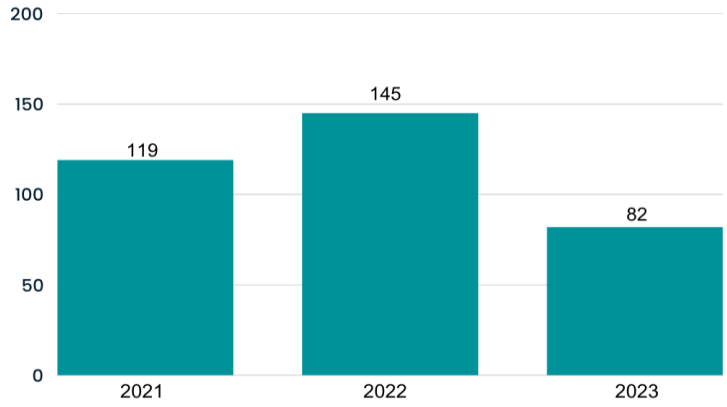
No gráfico 1 é possível observar três momentos de pico nos processos judiciais: 2008, 2016 e 2020. O mais significativo, de 2020, tem relação com o empresário Luciano Hang, que iniciou processos contra dezenas de reportagens que o criticavam por suas ações durante a pandemia em apoio ao governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Hang ajuizou 53 ações contra a imprensa, sendo o indivíduo com maior número de casos de assédio judicial contra jornalistas registrado pela Abraji.

Fernando Paulino (2020) aponta que a judicialização excessiva e abusiva contra jornalistas representa “um uso instrumental do Judiciário com o objetivo de intimidar e

silenciar vozes críticas", o que compromete seriamente o papel social da imprensa. Essa prática, muitas vezes chamada de assédio judicial, ocorre quando pessoas públicas, empresas ou autoridades utilizam processos cíveis e criminais como forma de represália, independentemente do mérito jurídico. Dados da Abraji demonstram que os processos contra jornalistas vêm crescendo, sendo utilizados como estratégia para desgastar economicamente e psicologicamente os profissionais.

Esse cenário atinge de maneira desproporcional as jornalistas mulheres, que estão na linha de frente de coberturas sensíveis e politicamente delicadas, como mostra o estudo "Riscos e traumas no jornalismo" (CNPq/UEPG, 2025). A pesquisa revela que, além do medo de processos, essas profissionais convivem com ataques de ódio, misoginia e tentativas de deslegitimar seu trabalho. Como consequência, muitas delas deixam de investigar certos temas por medo das consequências jurídicas e pessoais. Isso representa, conforme aponta Christiane Garcia (2016), "um enfraquecimento das condições simbólicas e materiais da autonomia jornalística, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da categoria".

Gráfico 2: Casos de violência com característica de gênero contra trabalhadores da imprensa no Brasil entre 2021 e 2023, Abraji 2023.



Os dados sobre violência de gênero seguem a tendência dos dados gerais de violência, como é possível observar no gráfico 2. Nos dois últimos anos do governo de Jair Bolsonaro (PL) houve aumento de 13,1%, e em 2023, primeiro ano do governo de Lula (PT), teve queda de 43,4%.

A judicialização na profissão de jornalistas impacta inteiramente na autonomia dessas profissionais. Depois de 2023 o processo de judicialização contra jornalistas vem aumentando (Abraji, 2023). Revela-se como uma estratégia de silenciamento da profissional e/ do próprio veículo. Uma característica encontrada em entrevistas realizadas com jornalistas que sofreram ataques entre 2020 e 2023 são as desistências de pautas, justamente por ser exaustivo lidar com as consequências de ataques de ódio e também com a questão financeira dos processos.

No trabalho qualitativo realizado por uma das frentes da pesquisa, algumas das entrevistadas pensam mais de uma vez antes de escrever uma matéria que possa gerar problemas jurídicos. “Eu tenho uma experiência recente de violência institucional. Faz mais de um ano em que uma pauta está na minha mesa, porém sempre coloco ela para

escanteio porque eu não sinto que estou em um momento para trabalhar com isso justamente por conta do investimento psicológico que isso precisa" (Entrevistada, 01, 2025). A jornalista destaca que diminuem as possibilidades e a capacidade que as jornalistas têm de fazer coberturas sobre temas sensíveis justamente por se sentirem muito desprotegida. "Eu me senti muitas vezes desprotegida". (Entrevistada, 01, 2025).

Além do cansaço mental e pressão psicológica que os processos levam, também existe uma pressão financeira que repercute sobre a empresa jornalística.

> É literalmente uma tentativa de silenciamento. O (nome do jornal) , que é um veículo para o qual eu presto serviço, também tem uma fila de processos. Eu percebo que isso influencia muito nas decisões sobre dar alguma pauta ou não. Porque, em alguns momentos, a gente percebe que vai vir o processo. Eles precisam fazer essa consideração. Se dá para fazer ou não, sabe. Dependendo do processo pode acabar com o jornal, então, a gente tem que escolher muito bem as pautas e as brigas (Entrevista, 01, 2025).
> .

O risco econômico em bancar o jornalismo frente os custos de processos judiciais revela-se como uma ameaça e pressão à prática jornalística. Outra maneira de silenciamento percebido pelas jornalistas entrevistas é a tática do agressor em entrar com processo jurídico contra a pessoa física daquela profissional.

> Ele (agressor) está me processando. Estou respondendo três processos e ele me processou como pessoa física não foi a (nome da empresa) e sim a jornalista da rádio X. Foi (nome), o CPF tal tal tal. Porque eu sou mais fraca. Né? Eu, pessoa física, sou mais fraca. E ele não está processando os outros dois jornalistas (...)" (Entrevistada 02, 2023).

Essa jornalista sofreu violência física no exercício da profissão e ainda foi processada em seguida pelo agressor que distorceu os fatos para a justiça. Ela era *freenlancer*, sem contrato de trabalho formal, tendo que arcar com os custos e desgastes emocionais e físicos de um processo judicial. O relato mostra também que o agressor processou apenas ela, a jornalista mulher.

A judicialização atinge um valor caro à profissão, a autonomia profissional. A autonomia jornalística é um princípio estruturante do exercício profissional da imprensa

e está diretamente vinculada ao direito à informação e à liberdade de expressão. No entanto, no Brasil, observa-se um avanço da judicialização como forma de cerceamento do trabalho jornalístico, especialmente contra mulheres jornalistas. Esse processo impacta não apenas a liberdade de imprensa, mas corrói a autonomia dos profissionais, levando à autocensura, à desistência de pautas e ao medo constante de retaliações legais.

A autonomia jornalística é definida por diversos autores como a capacidade de exercer a profissão com liberdade editorial, independência frente a pressões políticas e econômicas, e compromisso com o interesse público. Segundo Denis Ruellan (1999), a autonomia é uma condição relacional e construída dentro do campo jornalístico, envolvendo tensões entre a liberdade do profissional e os limites impostos pelas instituições, pelos empregadores e pela sociedade. No contexto brasileiro, essas tensões tornam-se mais dramáticas quando o Judiciário, que deveria ser um garantidor dos direitos fundamentais, é utilizado como ferramenta de repressão.

Marina Atoji, jornalista e diretora da Abraji, afirma que "o uso de processos como instrumento de silenciamento é uma das maiores ameaças atuais ao jornalismo no Brasil". Em entrevistas concedidas à imprensa e em relatórios da associação, ela ressalta que jornalistas independentes ou freelancers são os mais afetados, por não contarem com respaldo jurídico institucional. Muitas vezes, o processo é movido diretamente contra a pessoa física do profissional, o que agrava sua condição de vulnerabilidade, como mostrou o relato da entrevistada 02 acima.

Esse tipo de prática evidencia uma precarização jurídica da profissão, em que a ausência de contratos formais e de apoio institucional expõe jornalistas a riscos legais sem qualquer tipo de proteção. Isso desestimula a cobertura de temas sensíveis, gera autocensura e restringe a diversidade de vozes e perspectivas no debate público. Assim, a autonomia jornalística não é apenas ferida — ela é negada.

Referências

KAUFMANN, J Claude, 1948 A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo - Petrópolis, RJ : Vozes, Maceió, AL : Edufal, 2013

ATOJI, Marina. Entrevista à Agência Pública. *Agência Pública*, 2021. Disponível em: https://apublica.org

GARCIA, Christiane. *Autonomia jornalística: uma discussão a partir do campo e da prática*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, 2016.

LAGO, Claudia. *Autonomia e jornalismo: tensões entre o profissionalismo e o mercado*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 32, n. 1, 2009.

PAULINO, Fernando Oliveira. *Liberdade de expressão, regulação e jornalismo no Brasil*. Observatório da Imprensa, 2020.

RUELLAN, Denis. *O profissional do jornalismo: identidade e ética*. São Paulo: Summus, 1999.